



ROTEIRO DA UE PARA ENGAJAMENTO COM A SOCIEDADE CIVIL EM MOÇAMBIQUE PARA O PERÍODO 2021-2027¹

INFORMAÇÕES GERAIS

Situação : público

Data da aprovação : 29/09/2021

Atualização de um Roteiro anterior : Sim

Parte da Estratégia Conjunta? Y

Aprovado por (lista dos Estados-Membros e, eventualmente, de outros doadores que subscrevem o Roteiro) : Áustria, Bélgica, União Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha e Suécia. O documento também beneficiou de contributos do Canadá e da Suíça.

¹ A versão oficial elaborada em Inglês é válida para todos os efeitos. A tradução do Roteiro para Português foi feita com recurso ao sistema e-Translation e posterior revisão de texto. para Português foi feita com recurso ao sistema e-Translation e posterior revisão de texto.



GLOSSÁRIO

Os Roteiros para engajamento da UE com a sociedade civil visam criar um quadro comum da UE para a colaboração com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), a fim de melhorar o impacto, a coerência e a visibilidade da UE e dos Estados-Membros (EM) da UE. Este Roteiro segue a experiência do Roteiro para as OSC de 2016-2019 e baseia-se num vasto processo de consulta que produziu o estudo de mapeamento das OSC em 2021. Inspira-se na Estratégia de Moçambique para os Direitos Humanos e a Democracia de 2021-2024, no Programa Indicativo Plurianual (PIP) de 2021-2027 da UE, no Perfil de Género de 2021 e na Promoção da Responsabilidade Democrática na África Oriental e Austral : Estudo de caso de Moçambique 2018.

O estudo de mapeamento da sociedade civil de Moçambique de 2021 analisa o ambiente em que operam as OSC, especificando os papéis das OSC e os espaços de diálogo existentes, com especial destaque para a boa governação, o género, as políticas ecológicas, a juventude e o emprego. Identifica as oportunidades de diálogo com as autoridades públicas e propõe as melhores estratégias destinadas a apoiar as OSC. Identifica igualmente os desafios para as OSC que trabalham no terreno. O estudo envolveu mais de 300 OSC a todos os níveis, através de reuniões bilaterais e de grupos de reflexão, seminários e um inquérito em linha.

As estratégias de país sobre direitos humanos e democracia são desenvolvidas pelas Delegações da UE com base numa análise da situação dos direitos humanos no país. As estratégias identificam prioridades para a ação da UE com vista à consolidação da democracia e são aprovadas por todos os Estados-Membros da UE.

O Programa Indicativo Plurianual (PIP) para Moçambique de 2021-2027 representa as linhas gerais da cooperação internacional da UE no país parceiro. A base do exercício de programação em Moçambique é o relatório conjunto dos Chefes de Missão da UE, de julho de 2020, que define a política da União e dos Estados-Membros em relação a Moçambique para o período 2021-2027.

Os perfis de género de país visam fornecer um contexto geral sobre a situação da igualdade entre homens e mulheres num determinado país, a fim de facilitar o desenvolvimento de estratégias nacionais sensíveis às questões de género (sigla inglesa CLIP - Plano de Execução a Nível Nacional), programas e projetos, e contribuir para o diálogo.

PARTE I — BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO E DO ANTERIOR ENGAJAMENTO DA UE

A. ESTADO DA SOCIEDADE CIVIL: BREVE ATUALIZAÇÃO SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE

A sociedade civil moçambicana emergiu formalmente da Constituição democrática de 1990, que confere aos moçambicanos o direito de estabelecimento e de adesão às associações, bem como o direito de exprimirem os seus pontos de vista. Desde então, Moçambique avançou consideravelmente para permitir a participação dos cidadãos e dos grupos organizados nos assuntos públicos.

Recentemente, o ambiente das OSC começou a diminuir, uma vez que o Estado não tem capacidade para aplicar toda a legislação participativa e limita a sociedade civil aos temas que não põem em causa a estrutura política e o status quo. O ambiente propício é permissivo quando as OSC participam e colaboram na melhoria dos serviços sociais (educação, proteção social, saúde, ação humanitária). Pelo contrário, o espaço é limitado quando as OSC denunciam violações dos direitos humanos e a corrupção, quando os jornalistas denunciam conflitos, quando a participação política e a liberdade de expressão põem em causa a ordem política.

Mesmo nos setores em que a sociedade civil é reconhecida e elogiada, o impacto na governação é dificultado por várias dinâmicas externas e internas emergentes. A crise financeira do Estado (agravada pela COVID-19), as crescentes inconsistências na governação pública, a limitação estrutural dos mecanismos participativos (Observatórios de Desenvolvimento e Conselhos²), a crise recorrente (ciclones, conflitos, pandemia) estão entre os fatores que continuam a produzir exclusão social e económica. Por outro lado, o mundo cívico não está a dar resposta a alguns desafios de longa data, como a prevalência das relações de concorrência entre as OSC, a falta de agendas a longo prazo, a ligação limitada com as OSC de base e os movimentos informais, o fosso crescente entre a capital e as províncias, a análise inadequada relacionada com as empresas de mercado e as empresas sociais. As ONG internacionais estão muito presentes, mas atuam principalmente como agências de execução que apoiam (em vez de estabelecerem parcerias iguais) a sociedade civil nacional com uma transferência limitada de conhecimentos. Há pouco engajamento nas políticas e na dinâmica política. As estratégias dos doadores parecem estar orientadas para uma abordagem de projeto que não ajuda a resolver esses desafios.

Nos últimos anos, este dualismo agravou-se. As grandes OSC moçambicanas estão hoje claramente a inspirar leis progressivas e a promover mecanismos participativos de

micro-governança em matéria de prestação de serviços, orçamentação participativa, sensibilização para os direitos, transformação de conflitos e gestão a nível micro-local. Ao mesmo tempo, a situação dos direitos humanos e da democracia em Moçambique é mais desafiante do que nunca em resultado dos ataques violentos na província norte de Cabo Delgado desde 2017 e das restrições impostas pela COVID-19. Os casos conhecidos de intimidação, detenções, raptos e agressões conduziram a uma crescente autocensura de ativistas. Além disso, o ambiente dos meios de comunicação social também se deteriorou, com um número crescente de incidentes que contribuem para o agravamento dos indicadores sobre a liberdade de expressão. Tendo em conta o que precede, a Estratégia da UE para os Direitos Humanos e a Democracia centra-se, em grande medida, no reforço do espaço cívico e político, na proteção das pessoas em zonas afetadas por conflitos e na promoção dos direitos ambientais e económicos.

De acordo com o perfil de género do país de 2021, embora as mulheres e as raparigas continuem a ser desfavorecidas em comparação com os homens e os rapazes, nos últimos anos alguns indicadores de igualdade de género melhoraram ligeiramente em Moçambique. O ensino primário, por exemplo, tem uma paridade substancial de inscrição entre rapazes e raparigas e foram aprovadas várias leis progressivas (por exemplo, contra a violência de género e o casamento precoce, a revisão das leis relativas à família e às sucessões), embora a sua aplicação continue a ser um desafio. No entanto, os recentes ciclones e a insurreição causaram um enorme movimento de pessoas deslocadas, na sua maioria mulheres e crianças, que vêem os seus direitos económicos e sociais novamente ameaçados (por exemplo, as ONG chamam atenção para os abusos sexuais que as mulheres e as crianças estão a sofrer em zonas de conflito e pós-ciclone em troca de apoio, abrigo e alimentos). As principais recomendações estão, por conseguinte, relacionadas com a necessidade de aplicar políticas e leis progressivas, a emancipação económica das mulheres, a luta contra a violência contra as mulheres em contexto de crise e a formação para a inclusão de género nas políticas.

Com o objetivo de trabalhar melhor em conjunto, a UE e os Estados-Membros em Moçambique aprovaram, em 2021, um Plano de Ação Conjunto da UE como um instrumento que orienta as atividades da UE e dos Estados-Membros em Moçambique. O Programa Indicativo Plurianual (PIP) de 2021-2027 terá por objetivo apoiar esta harmonização e centra-se em três domínios prioritários: Crescimento ecológico, crescimento da juventude, e governação, paz e sociedade justa. Para cada uma destas prioridades, o papel da sociedade civil é explicitamente reconhecido. A participação da sociedade

2 Estes conselhos consultivos apareceram na década de 2000 como um mecanismo alternativo de participação e representação nas zonas rurais onde não se realizaram eleições locais. No entanto, estes conselhos não conseguiram assegurar uma participação efetiva e inclusiva devido a algumas questões por resolver: a composição destes conselhos, que continua a estar ligada ao partido político no poder, a falta de informação dos membros para preparar o seu posicionamento, a falta de financiamento para organizar as reuniões e a monitorização dos progressos.

civil na ação ambiental e climática está a aumentar, mas deve ser reforçada; a voz dos jovens deve ser canalizada através da criação e do apoio aos movimentos de juventude, apoiando também a promoção de ferramentas digitais e a comunicação inovadora, a fim de garantir que ninguém fica para trás. Além disso, está previsto um apoio específico às OSC para reforçar a responsabilização nacional e contribuir para um ambiente mais propício. Com base na experiência anterior, este apoio criará estratégias para chegar progressivamente às organizações de base, aos movimentos sociais emergentes e às associações de jovens e mulheres.

Mantendo esta abordagem conjunta, o presente Roteiro concebe uma estratégia para desenvolver uma melhor parceria com as OSC que pretendam promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, os direitos humanos e a democracia, o desenvolvimento de um melhor ambiente e a execução programática das prioridades da UE, em especial no domínio do crescimento ecológico, da juventude e da governação, paz e sociedade justa. É importante que tal se baseie no último estudo de mapeamento das OSC, que sublinha as seguintes características no âmbito de uma análise setorial:

(i) Desafios

Pacto Ecológico: As OSC dedicam-se principalmente à reciclagem de resíduos, à eco-agricultura, à instalação de sistemas de energia solar/renovável, à formação e sensibilização para os fogões melhorados, etc. No entanto, apenas 30% das OSC consultadas declararam explicitamente participar em questões relacionadas com a advocacia e políticas ecológicas. Muitas carecem de capacidades técnicas neste domínio e, ao mesmo tempo, existe um espaço limitado para as OSC encetarem um diálogo político adequado sobre questões ecológicas. Não existem registos significativos de ação da sociedade civil especificamente para atenuar os efeitos climáticos, para além de ações destinadas a pressionar as empresas de exploração de recursos naturais a pagar impostos, acções de intervenção nos processos de reinstalação e prestação de serviços básicos às comunidades (por exemplo, água potável). As províncias mais afetadas por questões ambientais (impacto ambiental da extração de carvão, ciclones e inundações), como Tete e Sofala, não são necessariamente as províncias onde operam a maioria das OSC ativas neste setor. Verifica-se uma falta de financiamento disponível para atividades específicas no domínio do ambiente, das alterações climáticas e da economia verde em Moçambique, estando a maior parte dos recursos ainda centrada no desenvolvimento rural e na agricultura.

Jovens: Muitas organizações afirmam trabalhar nos domínios da juventude, da digitalização e do emprego, mas muito poucas estão tecnicamente preparadas ou mesmo especializadas nestes domínios. A maior parte das atividades neste domínio são em áreas tradicionais, como o apoio aos agricultores, a formação vocacional e pequenas atividades geradoras de rendimentos. Não existem intervenções suficientes para abordar questões como a resiliência dos jovens empresários, a carga fiscal excessiva, o baixo poder de compra dos potenciais clientes e o acesso ao financiamento

para as empresas em fase de arranque e a inovação, o que suscita questões sobre a sustentabilidade das empresas e os postos de trabalho criados. As OSC não são muito ativas na defesa das questões do emprego e do empreendedorismo; centram-se mais em complementar as ações governamentais ou prestar serviços ao setor privado e aos doadores. Nos raros casos em que realizam ações de sensibilização, tal é feito de forma bastante isolada. As OSC não promovem regularmente debates sobre políticas e programas para a juventude e a criação de emprego e, embora o governo debata anualmente uma matriz de reformas públicas para melhorar o ambiente empresarial, muitas das recomendações continuam a ser ignoradas e não têm seguimento.

Governança: Muitas OSC estão ativas na governação em geral. A monitorização dos serviços e políticas públicas e da responsabilização social é uma das formas mais generalizadas de ação e cooperação das OSC. Mais de 49% das OSC consultadas declararam participar nessas atividades (por exemplo, avaliação da qualidade dos serviços públicos, monitoria comunitária dos serviços, monitoria do orçamento do Estado). No entanto, as iniciativas em matéria de boa governação tendem a ter uma sustentabilidade limitada: as atividades são realizadas quando os recursos estão disponíveis; quando os recursos terminam, as iniciativas terminam também, as comissões locais são «desmobilizadas», as capacidades adquiridas pelos actores locais só são utilizadas ocasionalmente ou quando surgem necessidades urgentes (por exemplo, violações dos direitos humanos, casos de corrupção, conflitos entre actores locais). Outros desafios enfrentados pelas OSC incluem: dificuldades na mobilização de recursos humanos qualificados, em especial em áreas técnicas especializadas (por exemplo, finanças públicas); dependência dos actores globais e da pressão internacional para identificar questões e temas para análise, monitoria e mobilização, em vez de estarem ligados às preocupações dos cidadãos (por exemplo, temas como o alívio da dívida pública); vulnerabilidade das OSC locais à pressão das instituições públicas e de «grupos de interesses» contrários (por exemplo, as ameaças às OSC são mais frequentes a nível local). A paz e a segurança parecem também ser setores de desempenho significativos por parte das OSC; 45% das OSC consultadas declararam atividades neste domínio. A maioria das atividades tem lugar em zonas de conflito e está relacionada com os fluxos migratórios internos (por exemplo, reassentamentos comunitários, apoio às pessoas deslocadas internamente), onde os recursos e o financiamento estão mais concentrados. Há poucas iniciativas centradas no reforço das capacidades de gestão de conflitos, na consolidação da paz e na prevenção do extremismo violento, que são, na sua maioria, lideradas pelas grandes ONG nacionais. As OSC sentem falta de espaço participativo nas conversações sobre a paz.

(ii) Necessidades

As necessidades das OSC estão essencialmente ligadas a três aspetos fundamentais: (i) legitimidade social, ou seja, falta de capacidade de representação, governação interna e dificuldades de transparência; (ii) pertinência das ações, que parece muito limitada, tendo em conta os resultados e o impacto

das intervenções das OSC, apesar do papel fundamental que desempenham nos processos políticos e na atenuação da exclusão social; e (iii) maximização dos recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento social, económico e institucional, tendo em conta que o Estado também precisa de ter as OSC como parceiro fundamental para compreender, abordar e gerir eficazmente processos de desenvolvimento complexos emergentes.

As OSC aos diferentes níveis têm de ser reconhecidas como actores por direito próprio, em vez de serem beneficiários ou agências de execução. As suas capacidades devem ser reforçadas para definir estratégias institucionais e de governação centradas nos papéis das OSC e nas respetivas estratégias de colaboração (ligação em rede). É necessário consolidar e expandir os mecanismos para uma participação efetiva dos cidadãos, incluindo realizar uma ampla reflexão entre as OSC sobre o papel dos diferentes actores e sobre o «espaço político» específico da sociedade civil, por oposição ao do Estado e de outras instituições políticas.

Além disso, as OSC necessitam de reforço das capacidades para estarem mais bem preparadas para trabalhar de forma autónoma em domínios como a juventude, a digitalização e o emprego e outros em que já estão envolvidas, mas carecem de uma abordagem técnica. Deve ser prestada mais atenção à inclusão de grupos de jovens vulneráveis ou marginalizados em iniciativas de emprego. As necessidades específicas dos meios de comunicação social devem ser tidas em conta para reforçar a liberdade de expressão: apoiar os meios de comunicação social independentes e pluralistas, o quadro regulamentar, o acesso à informação e a luta contra a desinformação, promover ferramentas digitais e uma comunicação inovadora, nomeadamente através das redes sociais.

É necessário explorar novas abordagens de financiamento, por exemplo, mobilizando recursos das fundações e do setor privado; apoiar o financiamento de base para o desenvolvimento institucional e o funcionamento das OSC; abrir oportunidades de financiamento para as OSC locais e de menor escala.

Para reforçar a autonomia e as capacidades técnicas das OSC nacionais e locais, é essencial recuperar o papel das ONG Internacionais enquanto veículos de apoio e inovação e conectar os grandes movimentos internacionais aos locais.

(iii) Oportunidades

A execução da reforma de descentralização proporciona a oportunidade de rever o sistema oficial de participação comunitária (observatórios, conselhos), a fim de incluir a presença generalizada a nível local dos movimentos juvenis e das organizações de base, dos mecanismos de participação e do orçamento. Tal abrirá espaços de diálogo sobre políticas setoriais onde as OSC podem exercer influência para melhorar a pertinência e a eficácia das iniciativas locais. Em alguns casos, a nível nacional e local, a relação entre a administração pública e a sociedade civil é boa. Estão a ser assinados memorandos de entendimento entre as Assembleias, os Municípios e as plataformas das OSC.

A capacidade das OSC para acompanhar o financiamento público, a prestação de serviços e a execução das políticas está a melhorar e pode ser ampliada, bem como a monitorização dos ODS. As OSC podem desempenhar um papel importante na «localização» dos ODS. A colaboração com os meios de comunicação social pode ser mais explorada, abrindo o acesso à informação, a fim de reforçar o pluralismo.

A prestação de serviços locais, embora sendo um dos maiores domínios de ação das OSC, é atualmente caracterizada por uma eficácia limitada, seja devido à dimensão das ações (demasiado pequena para produzir impactos para além das realidades locais em causa) como à falta de integração nas políticas públicas dos ensinamentos retirados. Existem oportunidades para ampliar a escala da ação (por exemplo, através da participação coordenada de mais OSC em diferentes locais e da divulgação dos ensinamentos retirados) e transformar as experiências em conhecimentos e orientações para a conceção das políticas e ações do Estado e dos parceiros de desenvolvimento. Mais oportunidades poderiam surgir da parceria com o setor privado nos domínios da juventude/emprego, da educação e formação técnica e vocacional e da digitalização, bem como de uma advocacia reforçada para influenciar as reformas do emprego, do empreendedorismo e do ambiente empresarial, bem como a criação de empregos verdes.

B. ENSINAMENTOS RETIRADOS DO ENGAJAMENTO PASSADO COM AS OSC

O primeiro *Roteiro da UE e países parceiros para engajamento com a sociedade civil em Moçambique para o período 2016-2019* foi aprovado em julho de 2015 e revisto em 2018 pela Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, União Europeia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido e Nações Unidas. O documento também beneficiou de contributos do Canadá, da Suíça, da Unicef e da USAID.

As três principais prioridades identificadas no documento tornaram-se os principais pilares de ação do programa da UE de apoio às OSC em Moçambique, o Programa de Apoio aos Actores Não-Estatais em Moçambique: participação para um crescimento inclusivo (PAANE II). Estando o PAANE II na segunda metade do seu período de execução, podem ser retirados alguns ensinamentos preliminares sobre os maiores desafios que as OSC enfrentam e que devem ser abordados de forma mais estratégica: desafios contextuais (por exemplo, pandemia COVID-19, conflito em Cabo Delgado, gestão de catástrofes naturais, incerteza do processo de descentralização); desafios internos (as OSC parceiras têm diferentes graus de capacidade institucional; a comunicação a nível nacional é limitada); e desafios de sustentabilidade — é necessário ativar estratégias de saída a nível local, iniciativas para mobilizar recursos e capitalizar experiências e boas práticas.

Graças à consulta desenvolvida em torno do Roteiro com os Estados-Membros da UE e outros doadores, o presente

documento representa o primeiro posicionamento conjunto sobre o tipo de apoio que os Estados-Membros pretendem oferecer à sociedade civil moçambicana. Foi também uma ocasião fantástica para criar um grupo técnico (o Grupo de Doadores do Roteiro) que se reuniu quatro vezes por ano para partilhar experiências, trazendo para debate os posicionamentos das OSC e debatendo leis acerca do ambiente das OSC (lei das associações, lei de acesso à informação). Por último, em 2018, foi publicada e distribuída uma brochura que reúne informações sobre todos os mecanismos dos doadores para apoiar as OSC em Moçambique.

Em 2019, o Grupo absorveu o grupo técnico sobre as questões de género (na sequência do Plano de Ação sobre Género) e tornou-se o atual Grupo de Género e Cidadania, que tem dois objetivos principais: monitorizar o Roteiro e o Plano de Ação sobre Género; e convidar as OSC a expressarem a sua posição sobre os desafios mais importantes que o país enfrenta.

O processo do Roteiro anterior foi bem-sucedido em juntar os doadores sob uma estratégia comum e tornou mais visíveis os mecanismos de financiamento disponíveis para as OSC. No entanto, devido ao agravamento da situação do país (guerra, ciclones, dívida oculta, etc.) e à abordagem de projetos predominante com as ONG da maioria dos doadores, o Roteiro anterior não conseguiu melhorar o ambiente das OSC e conduzir a um diálogo mais estruturado entre a sociedade civil e os Estados-Membros da UE. Com efeito, embora o diálogo com as OSC tenha certamente melhorado nos últimos anos em termos de quantidade e qualidade (diálogo político sobre direitos humanos, consultas sobre a paz, consultas sobre iniciativas da Equipa Europa, diálogo alargado sobre as questões de género, etc.), a abordagem da UE e Estados-Membros à sociedade civil continua a basear-se essencialmente em relações «bilaterais», havendo também margem para melhorar a coordenação dos doadores no apoio às OSC. De acordo com o último estudo de mapeamento da sociedade civil, os Estados-Membros da UE têm abordagens diferentes para as OSC : (i) através de programas conjuntos executados por ONG que trabalham como «entidades intermediárias» (por exemplo, programa AGIR para apoio e reforço das capacidades das OSC moçambicanas); (ii) apoiando ONG internacionais dos Estados-Membros da UE, que, em seguida, apoiam as OSC nacionais; (iii) prestando apoio direto às OSC moçambicanas; e (iv) apoiando as ONG internacionais na qualidade de implementadores em parceria com OSC ou entidades públicas nacionais.

Por último, durante a elaboração do Roteiro anterior, as OSC foram amplamente consultadas, mas não participaram verdadeiramente na elaboração nem no seu seguimento.

De seguida, indicam-se as principais conclusões e lições aprendidas, principalmente destacados no âmbito do estudo de mapeamento da sociedade civil de 2021, e que contribuíram para a elaboração do atual plano de ação do Roteiro:

1) Promover o desenvolvimento de um ambiente favorável:

- Prestar apoio às OSC nas suas relações (e potenciais conflitos) com as autoridades públicas a todos os níveis.
- Abrir oportunidades de diálogo em relação à formulação, monitorização e avaliação de iniciativas de desenvolvimento que envolvam as autoridades públicas e os doadores, e incluir as OSC nos grupos de trabalho para o desenvolvimento.
- Inovar as formas de apoio para além das ONG clássicas e chegar aos grupos informais. Melhorar a compreensão e a visibilidade das novas ações coletivas sociais.

2) Promover a participação e o envolvimento nas políticas e na governação:

- Abrir oportunidades de diálogo para permitir que as OSC definam a sua própria agenda, em vez de se concentrarem apenas em projetos.
- Explorar mecanismos que promovam a ligação em rede e a colaboração entre as OSC de grande e pequena dimensão, em vez de relações verticais ou funções de «intermediação»).
- Apoiar o desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento (por exemplo, mecanismos de mutualização para acesso a financiamento privado) que também possam proporcionar financiamento direto às OSC provinciais.

3) Reforço das capacidades das OSC :

- Promover o apoio entre pares e a transferência de capacidades entre OSC (evitando a formação genérica), incluindo grupos informais e líderes de opinião em programas de reforço das capacidades, e dar resposta aos desafios da dependência das OSC locais das organizações baseadas na capital.
- Apoiar iniciativas de inovação, desenvolver o acesso à informação e comunicação.
- Apoiar a conceção de estratégias de sustentabilidade financeira e institucional.

Por último, vale a pena mencionar as intervenções específicas em curso nas zonas afetadas por conflitos, como na província de Cabo Delgado, que apoiam a paz e a estabilidade, a inclusão social e a coesão, a resiliência das comunidades à radicalização e a segurança, bem como a governação inclusiva dos recursos naturais. Estão a ser retirados ensinamentos da execução destes projetos com vista a tirar partido das boas práticas e a ampliar o apoio às OSC que trabalham neste domínio, nomeadamente através do alinhamento das estratégias e planos pertinentes da UE e dos Estados-Membros da UE.

PARTE II — ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO DA UE PARA ENGAJAMENTO COM AS OSC

C. A ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO COM AS OSC E SUA RELAÇÃO COM O COMPROMISSO DA UE NO PAÍS E A AGENDA 2030/ODS

PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES	OBJETIVOS DO ENGAJAMENTO DA UE COM AS OSC	PRIORIDADE DA COMISSÃO	ODS CONEXO
Ambiente dualista, as OSC inspiram leis progressivas e mecanismos de micro-governança, mas o espaço para a participação e a proteção dos direitos humanos diminui nas zonas de conflito e quando se trata da esfera democrática (corrupção, eleições, liberdade de expressão)	Reforçar um ambiente propício à sociedade civil	Uma parceria para a paz, a segurança e a governação.	16 Paz, justiça e instituições fortes
A UE e os Estados-Membros da UE têm principalmente um diálogo político e estratégico bilateral com a sociedade civil e as OSC só contribuem para a programação conjunta numa base ad hoc.	Transição para um diálogo mais estruturado com as OSC	Uma parceria para a paz, a segurança e a governação.	16 Paz, justiça e instituições fortes e 17 Parcerias para os objetivos
A sensibilização e advocacia para os direitos de género e a inclusão das mulheres aumentam, mas o conflito no norte do país e os ciclones conduzem a um aumento da violência baseada no género e reduzem a independência económica das mulheres.	Promoção dos direitos das mulheres, da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e das raparigas. Combater a violência sexual e baseada no género.	Uma parceria para a paz, a segurança e a governação.	5 Igualdade entre homens e mulheres
As OSC empenham-se na reciclagem de resíduos; eco-agricultura; e na consciencialização; no entanto, menos de 30% das OSC consultadas defendem mudanças comportamentais e políticas ecológicas	Reforçar a participação da sociedade civil na ação ambiental e climática.	Uma parceria para a transição ecológica e o acesso à energia.	11 Cidades e comunidades sustentáveis e 13 Ação climática
Os movimentos de jovens e informais estão a aumentar nas cidades e muitas OSC afirmam trabalhar na capacitação dos jovens, na digitalização e no emprego, mas muito poucas estão tecnicamente preparadas para o fazer. A voz dos jovens tem de ser canalizada.	Canalizar e promover a voz dos jovens e desenvolver capacidades em matéria de digitalização e empreendedorismo	Uma parceria para o crescimento sustentável e o emprego.	8 Emprego decente e trabalho económico
As OSC estão a estabelecer parcerias para monitorizar o financiamento público, a prestação de serviços e a execução das políticas. No entanto, o impacto na governação é dificultado por várias dinâmicas externas (ou seja, crises múltiplas) e internas (ou seja, abordagem predominante do projeto). Poucas organizações são competentes no domínio da paz e da prevenção do extremismo. Existem oportunidades para reforçar ainda mais o sistema democrático (transparência, responsabilização e Estado de direito) e os quadros de governação económica para uma sociedade mais inclusiva e justa em Moçambique.	Reforçar a responsabilização interna e a consolidação da paz.	Uma parceria para a paz, a segurança e a governação.	16 Paz, justiça e instituições fortes e 10 Reduzir as desigualdades

D. O PLANO DE ACÇÃO

OBJETIVOS DO ENGAJAMENTO DA UE COM AS OSC	ACÇÕES (incluindo análise, diálogo político e sobre políticas, apoio operacional)	MEIOS (programas/instrumentos da UE e dos EM para executar as acções)
<p>Reforçar um ambiente propício à sociedade civil</p>	<ol style="list-style-type: none"> Promoção do diálogo em torno dos direitos humanos e do ativismo, reunindo doadores, OSC e setor público. Apoiar os defensores dos direitos humanos/OSC e alargar a sua ligação aos fóruns internacionais de OSC em matéria de direitos humanos. Apoiar os mecanismos nacionais de monitorização dos compromissos internacionais assinados pelo Estado sobre liberdade de expressão, de reunião e de associação. Inovar as formas de apoio para além das ONG clássicas; apoiar as OSC através de modalidades de ajuda alternativas, para além do financiamento de projetos, e chegar às organizações locais e de base (apoio de base) 	<p>Diálogo político da UE sobre direitos humanos</p> <p>Programa temático OSC da UE de 2021-2024, prioridade 1 (Reforço do ambiente propício à sociedade civil) e 2 (Empoderamento e promoção dos direitos das mulheres, das crianças, das pessoas LGBTI e das pessoas com deficiência)</p> <p>Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos de 2021-2024</p> <p>Medidas de apoio à sociedade civil do PIP da UE de 2021-2027</p>
<p>Transição para um diálogo mais estruturado com as OSC</p>	<ol style="list-style-type: none"> Criar e apoiar fóruns de OSC e de movimentos para um diálogo estruturado com os Estados-Membros da UE/OSC, baseado nos progressos realizados no plano de ação conjunto UE-EM Participação das OSC no seguimento (por exemplo, através dos comités de direcção), na monitorização e/ou na avaliação de alguns programas e projetos dos Estados-Membros da UE 	<p>Programação conjunta UE-EM</p> <p>Programa PAANE da UE</p> <p>Medidas de apoio à sociedade civil do PIP da UE 2021-2027</p> <p>Iniciativas da Equipa Europa</p>
<p>Promoção dos direitos das mulheres, da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e das raparigas.</p> <p>Combater a violência sexual e baseada no género.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Apoiar a investigação, os conhecimentos académicos, a recolha de dados sobre a inclusão de género e as políticas em Moçambique, bem como a integração da perspetiva de género e abordagens transformadoras. Reforçar a utilização e a cobertura do índice Municipal de Género de género e das suas recomendações. Apoiar o ativismo das mulheres e a comunicação inovadora Apoiar as OSC na monitorização do Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança, e as suas recomendações. Reforçar o apoio às OSC que lutam contra todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas em contextos de conflito armado e não armado. 	<p>Programa PAANE da UE</p> <p>Iniciativa Spotlight da UE</p> <p>Programa temático OSC da UE de 2021-2024, prioridade 2 (Empoderamento e promoção dos direitos das mulheres, das crianças, das pessoas LGBTI e das pessoas com deficiência)</p> <p>Instrumento da UE contribuindo para a Estabilidade e a Paz</p> <p>Prioridade 2 (juventude) e 3 (governança) do PIP da UE 2021-2027</p>

OBJETIVOS DO ENGAJAMENTO DA UE COM AS OSC	ACÇÕES (incluindo análise, diálogo político e sobre políticas, apoio operacional)	MEIOS (programas/instrumentos da UE e dos EM para executar as ações)
Reforçar a participação da sociedade civil na ação ambiental e climática (crescendo verde)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investir na sensibilização do público e na mudança de comportamentos. 2. Promover plataformas, abordagens e metodologias novas/ inovadoras e as OSC que trabalham na defesa do ambiente e do clima. 3. Associar as OSC locais aos movimentos regionais e internacionais e às OSC que defendem a proteção do ambiente e as políticas ecológicas 4. Apoiar a participação das OSC na conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. 	<p>Prioridade 1 (verde) do PIP da UE 2021-2027 e medidas de apoio à sociedade civil</p> <p>Programa PAANE da UE</p> <p>Programa temático OSC da UE de 2021-2024, prioridade 3 (Promover o desenvolvimento económico e o activismo ecológico)</p>
Canalizar e promover a voz dos jovens e desenvolver capacidades em matéria de digitalização e empreendedorismo (crescendo jovem)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar os fóruns de juventude existentes e promover novos movimentos formais e informais de jovens. 2. Criar um espaço de diálogo entre a UE e os Estados-Membros e os movimentos de juventude e apoiar a monitorização da elaboração e execução das políticas públicas a todos os níveis. 3. Desenvolver uma literacia digital inclusiva dos jovens e uma comunicação inovadora. 4. Apoiar e promover o empreendedorismo digital e as incubadoras de empresas. 	<p>Prioridade 2 (juventude) do PIP 2021-2027 da UE e medidas de apoio à sociedade civil</p> <p>Programa temático OSC da UE de 2021-2024, prioridade 3 (Promover o desenvolvimento económico e o activismo ecológico)</p> <p>EU PAANE</p>
Reforçar a responsabilização interna e a consolidação da paz (Governança, paz e sociedade justa)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar as capacidades das OSC através de: a) Promover o apoio entre pares e a transferência de capacidades entre OSC e OSC internacionais e chegar às organizações locais e de base; b) apoiar a conceção de estratégias de sustentabilidade institucional e financeira; c) apoiar a estratégia de ação a longo prazo decorrente da iniciativa das OSC e com base nas suas agendas estratégicas; d) reforçar as capacidades das organizações de base comunitária e os mecanismos locais de monitorização e responsabilização das administrações locais. 2. Promover a inclusão das OSC (incluindo as OSC que trabalham na área da deficiência) na formulação e monitorização das políticas públicas e nas abordagens orçamentais participativas (por exemplo, através de conselhos locais, audições públicas, etc.). 3. Financiar os meios de comunicação social e as OSC que realizam investigação independente, jornalismo de investigação, advocacia baseada em evidências. 4. Possibilitar que as OSC trabalhem melhor no âmbito donexo ajuda humanitária e desenvolvimento, transitando da ajuda humanitária para o desenvolvimento sustentável, e do conflito para condições de vida mais seguras, estáveis e prósperas. 	<p>Prioridade 3 (governança e paz) do PIP 2021-2027 e medidas de apoio à sociedade civil</p> <p>Instrumento da UE contribuindo para Estabilidade e a Paz</p> <p>Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos 2021-2024</p>

PARTE III — SEGUIMENTO DO ROTEIRO

OBJECTIVOS DO ENGAJAMENTO DA UE COM AS OSC	INDICADORES DE RESULTADOS	META	NÍVEL DE BASE (se disponível)	FONTES DE INFORMAÇÃO E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Reforçar um ambiente propício à sociedade civil	Nível de cumprimento pelo Estado das normas internacionais em matéria de liberdade de expressão, de reunião e de associação. O tema do ambiente propício para as OSC está incluído na agenda do diálogo político da UE com o Governo	«Bouncing Back»: Declínio (ou não alteração) nos últimos dez anos, mas com progressos recentes Um diálogo político, por ano, discute o ambiente propício	Deterioração crescente 0	Tendência do Índice Ibrahim de Governança Africana, categorias de "Participação, direitos e inclusão" Relatório do diálogo político
Transição para um diálogo mais estruturado com as OSC	Evidências de compromissos mais sistemáticos/espacos de diálogo estruturado entre as OSC apoiadas e a UE/outros doadores	Existência de um espaço comum formal em que os progressos do Plano de Ação Conjunto e do Roteiro da UE são partilhados e comentados pelas OSC	Inexistência de espaço	Relatórios do espaço comum
Promoção da igualdade de género e empoderamento	A igualdade de oportunidades é promovida e os dados sobre as políticas de género e a sua aplicação são conhecidos Número de projetos e iniciativas financiados pela UE e pelos Estados-Membros relacionados com MPS, incluindo programas de ajuda e recuperação.	Média de 36% de municípios sensíveis às questões de género A determinar	Média de 26% de municípios sensíveis às questões de género A determinar	Índice municipal de Género Inquérito do Grupo de Género e Cidadania
Reforçar a participação da sociedade civil na ação ambiental e climática	Emergência de novas entidades/lideranças em alianças, redes e coordenação. Evidências (natureza e âmbito) das recomendações das OSC (apoiadas) incluídas nos principais documentos políticos e/ou normativos	Mais de 30% das OSC consultadas trabalham na defesa do ambiente Pelo menos uma por ano	30% trabalham na defesa do ambiente Não disponível	Estudo de cartografia das OSC (atual e futuro) Relatórios dos programas e evidências dos Planos Locais de Adaptação
Canalizar e promover a voz da juventude	Tendência do número de movimentos de jovens que recorrem à argumentação e análise baseada em evidências para alcançar os objetivos de advocacia Em que medida os jovens lançam novos empreendimentos digitais	A aumentar A determinar	Menos de 10 a nível nacional Não disponível	Mapeamento das OSC
Reforçar a responsabilização interna e a consolidação da paz	Maior transparência e responsabilização das instituições democráticas, incluindo o controlo pelo Parlamento e pela sociedade civil. Número de projetos da sociedade civil que procuram a resolução pacífica de conflitos e o desenvolvimento socioeconómico para prevenir a radicalização financiados pela UE e pelos Estados-Membros	Democracia efetiva e boa governação A determinar 0	Autocracia moderada (política), moderada (governação) 0 ³	Classificação por país de acordo com o Índice de Transformação Bertelsmann (sigla inglesa BTI) (contribui para o ODS 16). Inquérito da UE e dos Estados-Membros

PARTE IV — ANEXOS & REFERÊNCIAS

ANEXO 1: O PROCESSO

Como os Estados-Membros/UE + presentes no país estiveram envolvidos na elaboração do Roteiro?	Os Estados-Membros/UE + estão reunidos no Grupo de Género e Cidadania (GGC). O GGC acompanhou e foi consultado no âmbito do novo estudo de mapeamento das OSC de 2021 e do GAP/CLIP, sendo ambos os documentos as principais fontes deste Roteiro. Um grupo específico de sub-referência composto pela UE, Finlândia, Países Baixos, Portugal, Suécia, e pelo Fórum Mulher e pela Liga das ONGs de Moçambique (Joint) contribuiu para a elaboração da primeira versão do Roteiro e submeteu para aprovação ao restante grupo.
Que mecanismos estão criados para assegurar a participação dos Estados-Membros/UE + na execução e no acompanhamento do Roteiro?	O Grupo de Género e Cidadania (GGC) reúne-se 4 vezes por ano com a tarefa específica de monitoriar a execução do GAP III (plano de execução a nível nacional) e do Roteiro das OSC.
Que consultas foram organizadas com as OSC? Que tipo de actores foram envolvidos? Que mecanismos, caso existam, foram utilizados para assegurar um processo inclusivo?	As OSC foram amplamente consultadas no âmbito do processo de consulta do estudo de mapeamento das OSC de 2021. Mais de 300 OSC foram consultadas através de inquéritos, reuniões bilaterais e grupos de reflexão. Todas as províncias do país foram envolvidas. Foi dada especial atenção às organizações de pessoas com deficiência e às associações de mulheres. Foram também incluídas as empresas sociais, o setor privado, os municípios, as cooperativas, as incubadoras e os movimentos informais. Duas plataformas nacionais de OSC, o Fórum Mulher e o Joint, fazem parte do grupo de referência que elaborou o Roteiro.
Que mecanismos estão estabelecidos para prosseguir o diálogo com as OSC? Que mecanismos, se for caso disso, serão utilizados para assegurar um diálogo inclusivo?	<p>A transição para um diálogo mais estruturado com as OSC é um dos objetivos do plano de ação do Roteiro, pelo que tal assegurará a continuação do diálogo com as OSC ao longo da execução.</p> <p>Uma vez concluído o Roteiro, será organizada uma sessão de restituição de informação com as OSC previamente consultadas, assegurando uma ampla cobertura.</p> <p>Em 2022, será criado um grupo de consulta juvenil a nível nacional, com a finalidade de estabelecer uma rede de pontos focais de juventude para trabalhar com a UE e os Estados-Membros. O grupo deve permitir aos jovens expressar as suas opiniões de forma significativa, criar oportunidades para os jovens e aconselhar a UE e os Estados-Membros.</p>
Como é que o Roteiro se integra/coordena com o processo de Planeamento Conjunto?	Este Roteiro prevê a criação de um espaço comum formal em que os progressos do Plano de Acção Conjunto e do Roteiro da UE sejam partilhados e comentados com as OSC.
De que forma o Roteiro se relaciona com outros processos nacionais, incluindo as estratégias nacionais de direitos humanos e democracia, o plano de ação de género, etc.?	O estudo de mapeamento da sociedade civil de Moçambique de 2021, a estratégia do país em matéria de direitos humanos e democracia, o Programa Indicativo Plurianual (PIP) da UE-Moçambique para 2021-2027 e o Perfil de Género de 2021 foram, em grande medida, tidos em consideração.

ANEXO 2: REFERÊNCIAS E FONTES PERTINENTES PARA APROFUNDAR O CONHECIMENTO SOBRE O ESTADO DA SOCIEDADE CIVIL E O ENGAJAMENTO DA UE COM A SOCIEDADE CIVIL

Estudo de mapeamento da sociedade civil de Moçambique 2021

Estratégia do país para os direitos humanos e a democracia 2021-2024

Programa Indicativo Plurianual (PIP) UE-Moçambique 2021-2027

Perfil de Género do país 2021

Promovendo a Responsabilização Remocrática na África Oriental e Austral: Estudo de caso de Moçambique

Plano de Ação Nacional para as Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022

